

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS –
CTIL
ATA DA 85ª REUNIÃO**

4Data: 21 de junho de 2006 (9h55 às 17h20).

5Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília-DF.

6PARTICIPANTES:

7Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

8Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)

9Ministério da Integração Nacional: Paulo Roberto Soares Jr. (paulorsjunior@yahoo.com.br)

10Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)

11Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos

12(mauricio.lopes@ana.gov.br)

13Ministério de Minas e Energia: Marina Gutierrez Brandão Scalon (marina.scalon@mme.gov.br)

14Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira

15(sonali@chesf.gov.br)

16Indústrias: Elisa Romano (edezolt@cni.org.br)

17Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Wilson de Azevedo

18Filho (azefilho@hotmail.com)

19Comitês: Marcus Vinicius Lopes da Silva (cbhmogi@siteplanet.com.br)

20Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski

21(donizete@ecodata.org.br)

22Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco

23(ipanemasede@yahoo.com.br) (ninonmachado@terra.com.br)

24Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: Ingrid Illich Müller (ingrid@lactec.org.br)

25CONVIDADOS:

26Ana Paula Xavier – SRH/MMA (ana-paula.xavier@mma.gov.br)

27Aureliano César Martins Silva – SRH/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br)

28Gerson Ricardo Narciso – Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão

29(gerson.narcizo@planejamento.gov.br)

30Gualter Carvalho Mendes – MME (gualtermendes@mme.gov.br)

31João Clímaco Soares de Mendonça – FONASC-CBH (representacaofonascnrh@yahoo.com.br)

32José Cupertino Tenório Netto – MME (jc-tenorio@hotmail.com)

33Lincoln Corrêa Curado – FAMASUL-MS (lincolncurado@terra.com.br)

34Marco Antônio Amorim – SRH/MMA (marco.amorim@mma.gov.br)

35Maria de Fátima de Freitas Rêgo – SRH Rio Grande do Norte (fatima-rego@uol.com.br)

36Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@uaigiga.com.br)

37Pedro Oliveira – Elabore Consultoria (pedro.oliveira@elabore.com.br)

38Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)

39Rodrigo Fraga Massad – Ministério das Cidades (rodrigo.massad@cidades.gov.br)

40Rodrigo Laborne Mattioli – SRH/MMA (rodrigo.mattioli@mma.gov.br)

41Samuel Barrêto – WWF/Brasil – (samuel@wwf.org.br)

42Suelen Varela Ferreira – Elabore Consultoria (suelen.ferreira@elabore.com.br)

43Thais Madruga – CONJUR/MMA (thais.madruga@mma.gov.br)

44Veroni Korilo – SRH/MMA (veroni.korilo@mma.gov.br)

45Wilson Bonança – FAESP (wbonanca@srjundiai.com.br)

46RELATOR:

47Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – SRH/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)

48ASSUNTOS DISCUTIDOS:

49Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e um de junho de 2006, no
50miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília/DF, iniciou-se a
5185ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTEL, do Conselho
52Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio
53Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTEL, declarou abertos os trabalhos e desejou
54boas vindas a todos. Nos **Informes**, disse que os representantes dos Conselhos Estaduais de
55Recursos Hídricos – CERHs no CNRH teriam se reunido na última semana e decidido pela
56manutenção do posicionamento adotado anteriormente, de indicação de 14 representantes para
57o CNRH, no aguardo da ampliação da atual composição, número superior aos dez atualmente
58previstos no Decreto nº 4.613, de 2003. Na ocasião, complementou, fora formado uma

59 comissão com o objetivo de agendar reunião com a Ministra da Casa Civil, Sra. Dilma
60 Rousseff, visando uma sensibilização para a questão do aumento da composição do CNRH. A
61 Sra. Marina Scalon (Ministério de Minas e Energia) informou sobre o envio de Aviso do
62 MME, em 22 de maio pp, encaminhando à Advocacia Geral da União – AGU os pareceres
63 elaborados no âmbito do MME e do MMA sobre a questão das águas minerais, com
64 solicitação de manifestação. A Sra. Ingrid Müller (Organizações técnicas e de ensino e
65 pesquisa) informou sobre a realização do I Simpósio de Recursos Hídricos das Regiões Sul e
66 Sudeste, de 27 a 29 de agosto próximo, em Curitiba-PR, uma promoção da Associação
67 Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH. Fez convite para a participação de todos, inclusive
68 para a efetivação de reuniões de algumas das Câmaras Técnicas do CNRH, em especial desta
69 CTIL. O Sr. João Clímaco (ONGs) falou sobre a realização do 4º Encontro Nacional dos
70 Fóruns da Sociedade Civil, de 29 a 31 de julho próximo, uma promoção do Fórum Nacional
71 da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas – FONASC, sob o tema “A eficácia
72 dos instrumentos de gestão de bacias”. O Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês) falou sobre a
73 realização do 8º Encontro Nacional do Fórum de Comitês de Bacia Hidrográfica, em Vila
74 Velha-ES, nos próximos dias 6 a 10 de agosto. Passou-se então ao **Item 2 de pauta:**
75 **Aprovação da ata da 84ª reunião da CTIL**, o que ocorreu com as modificações solicitadas
76 pela Sra. Ninon Machado (ONGs) e pela Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria), esta última
77 encaminhada por correio eletrônico. Por pertinência, a Sra. Patrícia Boson (Indústria)
78 questionou sobre a sua solicitação, constante da ata aprovada, de manifestação formal da
79 CONJUR/MMA sobre questionamentos levantados referentes à ausência dos CERHs na atual
80 composição do CNRH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que tais
81 esclarecimentos teriam sido prestados verbalmente pelo Consultor Chefe da CONJUR/MMA,
82 Sr. Gustavo Trindade, por ocasião da abertura da XV Reunião Ordinária do CNRH, realizada
83 no último dia 2 de junho, quando houve um entendimento favorável do Plenário. A Sra.
84 Patrícia Boson (Indústria) objetou que o Secretário Executivo do CNRH, Sr. João Bosco
85 Senra, havia garantido este encaminhamento formal. Passou-se então ao **Item 3 de pauta:**
86 **Elaboração de proposta de nova composição para as seguintes Câmaras Técnicas:**
87 **Assuntos Legais e Institucionais – CTIL; Plano Nacional de Recursos Hídricos –**
88 **CTPNRH; Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos**
89 **Hídricos – CTEM; Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB.** O Sr. Julio Thadeu
90 Kettelhut (SRH/MMA) iniciou informando sobre o vencimento dos mandatos das Câmaras
91 Técnicas em questão: 30 de junho, para as três primeiras, e 31 de julho, para a CTCOB. Disse
92 que, para esse item de pauta, seria importante considerar-se a situação atual dos CERHs no
93 CNRH, cujos representantes não teriam sido indicados pela Portaria nº 35, de 2006. Pelo
94 impedimento assim gerado, expôs seu entendimento que seria inconveniente a não indicação
95 dos CERHs na composição dessas Câmaras Técnicas. Assim sendo, sugeriu que fossem
96 mantidas em disponibilidade as vagas atualmente ocupadas pelos CERHs nas Câmaras
97 Técnicas em questão, no aguardo de indicação posterior, o que deveria ocorrer durante a
98 própria reunião plenária do CNRH para decisão sobre a matéria. A Sra. Patrícia Boson
99 (Indústria) manifestou seu apoio à proposta, destacando como imprescindível a participação
100 dos CERHs no CNRH. Em seguida, a proposta foi aceita por todos. Antes do início dos
101 debates, o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) solicitou um ajuste na tabela de
102 consolidação das manifestações de interesse de participação, acrescentando mais uma
103 manifestação para o segmento dos irrigantes na CTIL (**Anexo II**). Com isso, o Sr. Julio
104 Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) enumerou algumas regras e recomendações para este processo
105 de elaboração de proposta de composição pela CTIL: análise considerando apenas os pleitos
106 manifestados; afinidade do assunto de competência do segmento com a temática das CTs;
107 análise de participação anterior na Câmara, inclusive efetividade; considerar-se a
108 oportunidade para a participação de todos; equilíbrio entre os segmentos; além do previsto no
109 art. 25 do Regimento Interno do CNRH. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) acrescentou ainda o
110 fato da presença de representante nesta reunião da CTIL, uma demonstração de interesse
111 efetivo. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) solicitou a retirada de
112 todas as pleitos duplos do segmento por ela representado, uma decorrência de manifestações

113em separado dos conselheiros representantes. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) propôs a
114eliminação de todos os pleitos duplos. Em decorrência, a Sra. Ingrid Müller (Organizações
115técnicas e de ensino e pesquisa) solicitou atenção especial para o caso do seu segmento,
116considerando a existência de participações específicas para as organizações técnicas e para as
117organizações de ensino e pesquisa em algumas das CTs do CNRH. Nesse mesmo sentido, o
118Sr. João Clímaco (ONGs) apontou a necessidade de um tratamento diferenciado para as
119ONGs, um segmento carente de uma intensidade maior de participação institucionalizada, no
120intuito de contemplar a pluralidade das organizações civis no País. Portanto, contestou a
121proposta de eliminação dos pleitos duplos. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça) fez apelo aos
122demais representantes do Governo Federal para que, assim como no Plenário do CNRH, fosse
123adotada a participação máxima de 50% mais um membro nas Câmaras Técnicas. O Sr.
124Donizete Tokarski (Consórcios) sugeriu então uma participação menor do Governo Federal,
125exemplificando com o caso desta CTIL, com apenas cinco vagas para os usuários e a
126sociedade civil. Propôs então que o primeiro passo para o debate deste item de pauta fosse a
127definição de percentuais de participação dos segmentos. A Sra. Patrícia Boson (Indústria)
128reforçou a proposta de eliminação dos pleitos duplos, em que pese a pluralidade levantada
129para o segmento das ONGs, que caberia para todos os segmentos, inclusive o industrial.
130Ratificou ainda a proposta de discussão prévia dos percentuais de participação nas Câmaras,
131mostrando-se contrária à participação proposta para o Governo Federal, que já a exerceria em
132Plenário. Finalizando, propôs que a composição das Câmaras do CNRH deveria ser tripartite
133(governo, usuários e sociedade civil). O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) contestou o
134argumento da pluralidade, lembrando que o segmento da sociedade civil no CNRH não seria
135representado apenas pelas ONGs. Ratificou sua proposta de exclusão dos pleitos duplos. O Sr.
136Maurício Vasconcellos (ANA) lembrou que a definição apresentada por esta CTIL para a
137composição das Câmaras se constituiria em uma proposta, de caráter não conclusivo. Pelo
138fato, prosseguiu, poderia inclusive ser apresentada mais de uma proposta para deliberação do
139Plenário. Destacou que a pluralidade de participações poderia ser exercida informalmente nas
140reuniões das CTs, pelo seu caráter aberto, com a participação de mais de um técnico dos
141segmentos. Finalizando, manifestou seu entendimento que deveria ser resguardada nas CTs a
142mesma proporcionalidade de participação do Governo Federal prevista para o Plenário. O Sr.
143João Clímaco (ONGs) apontou a existência de impropriedades na definição de sociedade civil
144adotada para o CNRH, com a inclusão dos comitês e consórcios e ainda das organizações
145técnicas e de ensino e pesquisa. Disse que traria esse tema para debate futuro nesta CTIL.
146Destacou que o segmento da sociedade civil teria uma pluralidade específica que precisaria
147ser contemplada. A Sra. Ninon Machado (ONGs) observou que um dos resultados da oficina
148da sociedade civil realizada no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH teria
149sido espelhado na Moção CNRH nº 36, de 2006. Lembrou da sua solicitação anterior de
150inclusão em pauta da CTIL de uma análise crítica sobre os trabalhos do CNRH, em uma
151reflexão visando possíveis correções de rumo dos seus trabalhos e de suas Câmaras. Destacou
152ainda a sua liderança, na qualidade de representante do Fórum Brasileiro de Organizações
153Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento –
154FBOMS, exercida no processo de solicitação de custeio da participação dos representantes da
155sociedade civil no CNRH, enfatizando o empoderamento proporcionado. Disse que a
156legitimidade e a representatividade seriam temas importantes para debate e se constituíam em
157uma preocupação latente do FBOMS junto ao CNRH. Referindo-se à proposta de alteração da
158composição do CNRH, disse que a administração pública federal deveria demonstrar coragem
159em efetivá-la, ainda mais ao se considerar a condição do CNRH de Conselho de Estado.
160Durante os debates subseqüentes, foi considerada a possibilidade de aumento da composição
161das CTs e assumido um compromisso para inclusão do tema como pauta desta CTIL, em uma
162provável revisão do Regimento Interno para esse fim e outros, como a questão da posse dos
163Conselheiros. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) ratificou seu
164posicionamento pela consideração de somente um pleito para cada segmento na composição
165das CTs, pelo decorrente aumento da representatividade e pela pluralidade de idéias nas CTs.
166Finalizou destacando que caberia aos conselheiros representantes de cada segmento o

167exercício da representatividade intrínseca à função. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça) lembrou
168que as CTs do CONAMA seriam constituídas por sete representantes, contando-se com uma
169participação ampliada através do exercício da representatividade. O Sr. Julio Thadeu
170Kettelhut (SRH/MMA) argüiu então pelo consenso sobre a exclusão da duplicidade de
171pleitos, o que foi confirmado. Dessa forma, prosseguiu, os pleitos teriam atingido o seguinte
172quantitativo, considerada a reserva de vagas a serem ocupadas pelos CERHs: 16 na CTIL,
173para 13 vagas; 18 na CTPNRH, para 14 vagas; 16 na CTCOB, para 14 vagas; 17 na CTEM,
174para 15 vagas. Foram então iniciados os debates para a elaboração de uma proposta de
175composição para as quatro CTs em questão, partindo-se da CTEM. A Sra. Sonáli Oliveira
176(Concessionárias de energia hidrelétrica) retirou o pleito apresentado para a CTEM. Foi
177debatida a não pertinência da inclusão do segmento dos Consórcios, considerando a sua
178recente exclusão desta Câmara, por motivo de faltas. Portanto, o Sr. Donizete Tokarski
179(Consórcios) retirou o pleito do segmento, ressaltando que tal decisão implicaria na adoção
180do mesmo procedimento para a composição das demais Câmaras. Com isso, considerando-se
181as duas manifestações, ficou definida a proposta de composição para a CTEM. Partiu-se então
182para a CTCOB. Após debates, a decisão foi pela não consideração dos pleitos da Secretaria
183Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP e do Ministério de Minas e Energia na ocupação das
18414 vagas. Em decorrência, considerando a inclusão do segmento das ONGs, anteriormente
185excluído de participação na CTCOB pelo motivo de faltas, o Sr. Donizete Tokarski
186(Consórcios) solicitou a revisão da decisão tomada no âmbito da CTEM. O Sr. Julio Thadeu
187Kettelhut (SRH/MMA) colocou então em votação a validade da adoção do critério de
188exclusão por faltas como eliminatório, sendo obtida maioria de votos favoráveis à sua
189manutenção. Com isso, foram consideradas nulas as decisões tomadas tanto para o caso da
190CTEM quanto da CTCOB. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) solicitou registro que o voto do
191segmento pela inclusão das ONGs na composição da CTCOB se justificaria pelo
192entendimento que a exclusão anterior teria se constituído por si só em uma punição suficiente
193ao segmento. O Sr. João Clímaco (ONGs) disse que a dinâmica adotada para esse processo de
194debates estaria engessando as decisões, não permitindo a adoção de outras alternativas. Expôs
195que a participação da sociedade civil deveria ser um fim primordial dos trabalhos deste
196Conselho. A Sra. Ninon Machado (ONGs) solicitou registro que a exclusão do segmento das
197ONGs da composição da CTCOB ocorrera em momento anterior à condição atual de custeio à
198sua participação. Indicou como injustificáveis as faltas dos representantes do Governo
199Federal, pela sua própria localização em Brasília. Dito isso, iniciou-se um novo debate para a
200composição da CTCOB, quando foram propostos como não contemplados entre os pleiteantes
201as ONGs e a SEAP, indicados respectivamente como primeiro e segundo suplentes. Para o
202caso da CTEM, os novos debates apontaram para a não consideração do pleito do segmento
203dos Consórcios, indicado então como primeiro suplente, ficando como segundo o segmento
204das Concessionárias de energia hidrelétrica. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) opinou que a
205regra de adoção da exclusão por faltas como desclassificante teria permitido apenas decisões
206mais facilitadas. Expôs sua defesa pela adoção, como regra geral, de uma diminuição da
207participação do Governo Federal tanto nas CTs quanto no Plenário do CNRH. O Sr. Donizete
208Tokarski (Consórcios) apontou seu voto por critérios que privilegiassem uma maior
209participação da sociedade civil e dos usuários, em detrimento do Governo Federal, indicando
210como um mau exemplo a proposta definida para a CTEM. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
211(SRH/MMA) objetou que as propostas de composição dependeriam das manifestações
212encaminhadas, que não teriam sido, para o caso da CTEM, suficientes para um possível
213atendimento à proposta apresentada pelo Sr. Donizete Tokarski (Consórcios), tornando inócuo
214o discurso apresentado. Finalizando os debates do período da manhã, propôs que fosse
215abordado o item 5 de pauta quando do retorno da reunião no período da tarde, considerando a
216importância do tema. A pausa para almoço ocorreu então das 13h00 às 14h40, quando,
217conforme acordado, partiu-se para o debate do **Item 5 de pauta: Análise da proposta de**
218**instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu.** O Sr. Julio Thadeu
219Kettelhut (SRH/MMA) convidou a Sra. Fátima Rêgo, da Secretaria de Recursos Hídricos do
220Estado do Rio Grande do Norte para apresentação do tema. Em sua palestra, a Sra. Fátima

221Rêgo (SRH-RN) apresentou a caracterização da bacia do rio Piranhas-Açu, localizada nos
222Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, com destaques para o processo de mobilização
223ocorrido nesses dois Estados e para o atendimento a todos os requisitos previstos na
224Resolução CNRH nº 5, de 2000. Finalizou conclamando a todos pelo encaminhamento
225favorável desta CTIL à criação do CBH Piranhas-Açu, considerando sua relevância para a
226gestão de recursos hídricos nos dois Estados envolvidos. Já nos debates, o Sr. Julio Thadeu
227Kettelhut (SRH/MMA) fez destaque para a Resolução CNRH nº 5, de 2000, inicialmente
228bastante criticada quanto às exigências apresentadas, mas agora reconhecida pela indicação
229clara da necessidade de mobilização social na bacia hidrográfica como subsídio à criação de
230um comitê. A Sra. Ninon Machado (ONGs) parabenizou pela apresentação e pelo trabalho de
231mobilização realizado na bacia. Questionou então se houvera participação das ONGs na
232representação da sociedade civil. Recomendou que houvesse preocupação com o custeio da
233participação da sociedade civil nas atividades do Comitê e também com as questões relativas
234às Metas do Milênio. A Sra. Maria de Fátima Rêgo (SRH-RN) relatou a participação de
235ONGs com atividades na bacia, que não teriam sido escolhidas para integrar o GT formado,
236cuja composição fora decidida em audiência pública. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios)
237também parabenizou os trabalhos realizados no âmbito da bacia, com destaque para o
238processo de mobilização relatado. Citou o interesse existente de criação do CBH do Alto
239Tocantins, em cuja área de atuação estariam sendo atualmente realizados cursos visando a
240formação de massa crítica. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou a palavra para
241dar ciência e destaque à indicação da Diretoria Provisória do Comitê, conforme solicitado na
242Resolução CNRH nº 5, de 2000, e constante do material encaminhado para análise, na
243seguinte forma: Presidente, Sr. Josemá de Azevedo, Secretário de Recursos Hídricos do
244Estado do Rio Grande do Norte; Secretário Executivo, Sr. Damião Feliciano da Silva,
245Secretário da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente do Estado da Paraíba. A Sra. Patrícia
246Boson (Indústria) parabenizou o trabalho realizado no âmbito da bacia do rio Piranhas-Açu.
247Destacou que um comitê deveria surgir a partir de uma mobilização social e ser criado sob
248certas formalidades, com o apoio dos Estados envolvidos. Disse que não havia recebido a
249documentação referente a esse item de pauta e que, portanto, questionava sobre os pareceres
250da Secretaria Executiva do CNRH e da ANA. Pelo fato exposto, informou que não houvera
251possibilidade de realização de consultas às entidades representativas do segmento industrial
252na bacia. A Sra. Maria de Fátima Rêgo (SRH-RN) destacou o encaminhamento à Secretaria
253Executiva da documentação exigida na Resolução CNRH nº 5, de 2000, e a análise realizada
254sob essa ótica, assim como a participação efetiva e apoio da ANA em todo o processo. O Sr.
255Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) informou que o encaminhamento da documentação
256referente a este item 5 de pauta ocorrera por correio eletrônico, no dia 14 de junho pp. O Sr.
257Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) também
258parabenizou pelos trabalhos realizados e pediu esclarecimentos sobre a ação da ANA. A Sra.
259Maria de Fátima Rêgo (SRH-RN) informou que, com o apoio da ANA, fora realizado um
260plano de regularização dos usos da água na bacia. O Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês)
261informou da sua presença na região da bacia hidrográfica e da sua empolgação com as ações
262desenvolvidas. Salientou que todo o trabalho fora alicerçado de baixo para cima e
263parabenizou tanto o processo de mobilização social quanto o intercâmbio institucional
264promovido entre os dois Estados envolvidos. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de
265energia hidrelétrica) também externou suas congratulações aos dois Estados e ao corpo
266técnico envolvido, declarando desde já o seu voto favorável à criação do Comitê. O Sr.
267Donizete Tokarski (Consórcios) também parabenizou pelos trabalhos e questionou sobre as
268ações em andamento. A Sra. Maria de Fátima Rêgo (SRH-RN) destacou a continuidade do
269cadastro de usuários, sua atualização, e também a construção de um marco regulatório na
270bacia, todos com o apoio da ANA, que também teria instalado um escritório regional em cada
271Estado visando o monitoramento e a fiscalização dos usos da água, assim como de seus
272aspectos qualitativos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) questionou então sobre o
273encaminhamento favorável desta CTIL pela criação do CBH Piranhas-Açu para deliberação
274superior do Plenário do CNRH, contando com o assentimento de todos, exceto pela abstenção

275do segmento da indústria, manifestado pela Sra. Elisa Romano (Indústrias). A Sra. Patrícia
276Boson (Indústria) justificou a abstenção pela não oportunidade de conhecimento prévio do
277tema. Retornou-se assim ao **Item 3 de pauta: Elaboração de proposta de nova composição**
278**para as seguintes Câmaras Técnicas: Assuntos Legais e Institucionais – CTIL; Plano**
279**Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH; Educação, Capacitação, Mobilização Social e**
280**Informação em Recursos Hídricos – CTEM; Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos –**
281**CTCOB**, com a abordagem dos pleitos encaminhados para esta CTIL, resumidos em 16 para
28213 vagas. Assim, ocorreu um processo de votação que definiu pela não consideração dos
283pleitos encaminhados pela SEAP, pelo segmento dos Irrigantes e pelo Ministério dos
284Transportes. O Sr. Wilson Bonança (FAESP – Irrigantes) solicitou a palavra para argumentar
285que o segmento por ele representado seria considerado, no Plano Nacional de Recursos
286Hídricos, como um grande consumidor de água no País, atuando na sustentação da sua
287economia e, portanto, com poder efetivo de influenciar as questões referentes à água. Pelo
288fato, não entendia como pertinente a ausência de representação dos irrigantes na composição
289da CTIL. Com isso, os debates foram reabertos. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) disse que
290deveria ser considerada a participação do segmento dos irrigantes, inclusive com o objetivo de
291torna-lo mais pró-ativo no âmbito do CNRH. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) se
292manifestou favorável a um novo processo de votação, pela pertinência da participação do
293segmento dos irrigantes na CTIL. Foi então proposto, e definido por maioria em processo de
294votação, que fossem mantidas três vagas na CTIL para ocupação posterior pelos CERHs, em
295detrimento das quatro previstas inicialmente. Sob essas novas condições, 16 pleitos para 14
296vagas, foi promovido novo processo de votação, tendo sido definida a não consideração dos
297pleitos apresentados pelo Ministério dos Transportes e pela SEAP, definidos respectivamente
298como segundo e terceiro suplentes, uma vez que a primeira suplência foi definida para os
299CERHs. Partiu-se então para os debates sobre a proposta de composição para a CTPNRH,
300considerados 18 pleitos para 14 vagas. A Sra. Ingrid Müller (Organizações técnicas e de
301ensino e pesquisa) informou sobre a unificação das vagas solicitadas pelo segmento. Com
302isso, o total de pleitos ficou em 17. Foi iniciado então um processo de votação para a
303definição das manifestações que não seriam consideradas para a CTPNRH, sendo indicados o
304segmento dos pescadores e usuários de água para o lazer e turismo, o Ministério da Saúde e a
305Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, definidos nesta ordem como primeiro,
306segundo e terceiro suplentes, respectivamente. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e
307usuários de água para o lazer e turismo) solicitou registro do seu descontentamento com essa
308proposta elaborada, sob o argumento de que seria inadmissível que o setor por ele
309representado ficasse sem assento na CTPNRH, em virtude de sua importância estratégica em
310um Plano de Recursos Hídricos. Findos os debates sobre esse item 3 de pauta, a proposta de
311composição das Câmaras Técnicas a ser encaminhada para deliberação superior do Plenário
312do CNRH ficou conforme **Anexo III**. Passou-se então ao **Item 4 de pauta: Elaboração de**
313**proposta de complementação da composição atual das Câmaras Técnicas de Ciência e**
314**Tecnologia – CTCT e de Análise de Projeto – CTAP**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
315(SRH/MMA) justificou a apresentação deste item de pauta pela ausência de definição de
316suplências para as duas CTs em questão, o que, com a ocorrência de vagas pela exclusão de
317membros pelo critério de faltas, levou a Secretaria Executiva a encaminhar aos Conselheiros a
318solicitação de manifestação de interesse de participação. Disse então que as respostas
319recebidas foram consolidadas conforme **Anexo IV**. Os debates foram iniciados pela CTCT,
320sendo definida a inclusão, como novos membros, do Ministério das Cidades e do segmento
321das prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O
322segmento das organizações técnicas de ensino e pesquisa foi definido como primeiro suplente
323e o Ministério da Integração Nacional, como segundo. Para a CTAP, foi definida a inclusão,
324ou melhor, o reencaminhamento do segmento dos consórcios para a ocupação da vaga
325existente. Como primeiro suplente ficou definido o Ministério da Integração Nacional. O Sr.
326Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou que os novos membros deverão cumprir
327mandato coincidente ao dos atuais em cada CT. Finalizando, informou que essa proposta de
328novos membros para a CTCT e CTAP seria encaminhada para deliberação superior do

329Plenário do CNRH. Passou-se então ao **Item 6 de pauta: Revisão do processo de escolha de**
330**representantes no CNRH**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) historiou sobre as
331críticas recebidas no âmbito da Secretaria Executiva referentes à metodologia utilizada para as
332assembléias eletivas dos segmentos dos usuários e da sociedade civil, para o CNRH neste
333triênio 2006-2009, realizadas conforme a Resolução CNRH nº 14, de 2000. Tal fato, disse,
334justificaria a inclusão deste item de pauta, com o intuito de trazer o tema para debate, sempre
335na busca de sugestões que visassem ainda mais transparência e democratização para o citado
336processo eletivo. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) sugeriu a inclusão, como preocupação no
337processo, da busca de uma representação nacional. Por sua vez, o Sr. Donizete Tokarski
338(Consórcios) sugeriu a inclusão de uma regionalização do processo. Com a palavra
339novamente, a Sra. Patrícia Boson (Indústria) propôs que, para a própria sustentação dos
340debates nesta CTIL, fosse inicialmente promovido um nivelamento do conceito de
341representatividade. Por pertinência, a Sra. Ninon Machado (ONGs) ratificou a sua proposta
342anterior de uma reflexão no âmbito do CNRH sobre as suas atividades, questionamento de sua
343estrutura, forma de trabalho, etc. Portanto, disse que não seria favorável, no debate desse
344tema, a apenas uma revisão da Resolução CNRH nº 14, de 2000. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
345(SRH/MMA) propôs então que, para a próxima reunião desta CTIL, fosse promovida uma
346oficina sobre o tema da representatividade, como forma de abertura dos debates. A Sra. Ninon
347Machado (ONGs) lembrou que este mesmo tema seria debatido durante o I Simpósio de
348Recursos Hídricos das Regiões Sul e Sudeste, em Curitiba-PR, de 27 a 29 de agosto próximo.
349Sugeriu então que a CTIL se reunisse na mesma data e local. Fez ainda a indicação da Sra.
350Rebeca Abers para contribuir nos debates. O Sr. João Clímaco (ONGs) citou que o conceito
351de representatividade se interporia com o de redes. Assim, após debates, ficou acertado que
352para a próxima reunião desta CTIL, ou no máximo a seguinte, deveria ocorrer um debate com
353a presença de dois ou três técnicos convidados, visando embasar o tema da representatividade.
354Passou-se então ao **Item 7 de pauta: Debates sobre a retomada das atividades do GT “Água**
355**e florestas”, do GT “Resolução ANA nº 399, de 2004”, e do GT “SIAPREH”**. A Sra. Thaís
356Madruga (CONJUR/MMA), coordenadora do GT Resolução ANA nº 399, fez um histórico
357dos trabalhos empreendidos, dizendo que, por ocasião da última reunião, de novembro de
3582005, fora solicitado aos representantes do IBGE uma manifestação do órgão sobre a questão,
359considerando a sua competência relativa ao mapeamento do território nacional, inclusive da
360rede hidrográfica. Informou que, recentemente, a técnica do IBGE teria entrado em contato
361com a Secretaria Executiva do CNRH e comunicado da sua presença em Brasília no início do
362mês de julho, quando pretendia agendar uma reunião. A Sra. Thaís Madruga
363(CONJUR/MMA) disse então que, uma vez concluída essa demanda, o GT retomaria as suas
364atividades, na busca de um breve encaminhamento a esta CTIL. Por sua vez, a Sra. Ninon
365Machado (ONGs), coordenadora do GT Água e florestas, informou que este viria
366desempenhando suas atividades buscando aproveitar oportunidades surgidas, como a que
367resultou na Moção CNRH nº 35, de 2006, cuja temática teria sido incluída em uma das
368oficinas de elaboração do PNRH. Expôs seu entendimento que caberia ao GT, a partir deste
369momento, uma avaliação de como a temática água e florestas fora contemplada no mesmo
370PNRH, acompanhando sua implementação sob esse ponto de vista. Finalizando, falou sobre a
371intenção no GT de realização de uma oficina temática, indicando ainda os esforços realizados
372no âmbito do CEIVAP e a intenção de abordagem da questão do “produtor de água”. Ainda
373sobre o tema desse GT, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu que fosse abordada
374a elaboração de uma minuta de resolução do CNRH sobre a integração das políticas de água e
375de florestas, prevenindo-se da intenção de uma abrangência tal que inviabilizasse qualquer
376produto. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça) questionou sobre a transversalidade entre as
377Secretarias do MMA na elaboração do Programa Amazônia Sustentável – PAS, considerando
378que, em uma primeira leitura, não teria identificado ações voltadas especificamente para os
379recursos hídricos. Pelo fato, propôs que o documento final do PAS (**Anexo V**) fosse trazido
380para debate nesta CTIL. O Sr. Samuel Barrêto (WWF/Brasil) opinou que o cronograma de
381trabalho previsto para esse GT fora ambicioso, mas destacou pontos positivos alcançados,
382como a inserção da preocupação com a temática água e florestas no PNRH. Disse que o GT

383carecia de reativação das suas atividades, inclusive para a oficina temática prevista, que
384deveria ser revalidada considerando-se as inserções conseguidas no PNRH. Finalizando,
385destacou a preocupação latente com a identificação das atribuições do CNRH sobre a temática
386do GT, relatando os diversos eventos de seca em ocorrência, com fortes ligações com
387desmatamentos verificados. Sobre a questão do “produtor de água”, o Sr. João Clímaco
388(ONGs) indicou a existência de estudos demonstrando a importância da valorização das ações
389dos proprietários rurais, em detrimento de uma abordagem mercantilista do assunto. A Sra.
390Manuela Moreira (SRH/MMA), coordenadora do GT SIAPREH, informou que o objetivo
391deste seria o acompanhamento do Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Política de
392Recursos Hídricos – SIAPREH, sua metodologia e implementação efetiva. Disse que o GT
393trabalhara na revisão dos questionários do Sistema, sendo o próximo passo a sua elaboração
394propriamente dita, a cargo da SRH/MMA, já contratada externamente. Informou que tais
395questionários deverão ser novamente aplicados junto aos gestores de recursos hídricos neste
396ano de 2006, de forma ainda manual. Relatou que a proposição de indicadores de
397acompanhamento fora colocada em segundo plano no âmbito do GT, que teria considerado
398mais importante a avaliação e a reaplicação dos questionários. Finalizou destacando que o GT
399deverá prosseguir em atividade, atuando no acompanhamento dessa reaplicação e também do
400desenvolvimento do SIAPREH. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) solicitou atenção do
401GT para a possibilidade de distorção das informações a serem obtidas com a reaplicação dos
402questionários, considerando o calendário eleitoral previsto para este ano de 2006. Já em
403*Assuntos gerais*, o Sr. João Clímaco (ONGs) solicitou esclarecimentos sobre os próximos
404passos relativos à proposta de composição para as quatro CTs, elaborada nesta reunião. O Sr.
405Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) informou que a proposta seria encaminhada para
406deliberação superior do Plenário do CNRH e, em seguida, uma vez definidos os segmentos
407integrantes, a Secretaria Executiva se incumbiria de formalizar consulta aos Conselheiros
408sobre a indicação de representantes. Nesse momento, às 17h20, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut
409(SRH/MMA) agradeceu a presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 85ª
410reunião da CTIL.

411**RESUMO DA REUNIÃO:**

- 412- Item 2: aprovada a ata da 84ª reunião da CTIL, com modificações;
413- Item 3: elaborada proposta de composição para as seguintes Câmaras Técnicas: Assuntos
414Legais e Institucionais – CTIL; Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH; Educação,
415Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM; Cobrança
416pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB;
417- Item 4: elaborada proposta de complementação para a composição atual das Câmaras
418Técnicas de Ciência e Tecnologia – CTCT e de Análise de Projeto – CTAP;
419- Item 5: solicitado o encaminhamento da proposta de instituição do Comitê da Bacia
420Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o
421parecer favorável desta CTIL;
422- Item 6: definida a realização, para a próxima reunião desta CTIL, ou no máximo a seguinte,
423de um debate com a presença de dois ou três técnicos convidados, visando embasar as
424discussões sobre a questão da representatividade;
425- Item 7: os coordenadores dos três GTs fizeram relato sobre as atividades desenvolvidas e os
426próximos passos pretendidos nos respectivos GTs.
427Ata aprovada na 86ª reunião da CTIL, realizada em 5 de setembro de 2006.

428

429

430

Julio Thadeu Silva Kettelhut

431

Presidente da CTIL

432

433

434

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo

435

Relator